



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 036/2021-CLC/PGE

PROCESSO N.º 00059/PGE/2020.

PREGÃO, na forma ELETRÔNICA N.º 026/2021-CLC/PGE.

VALIDADE: 12 (doze) meses

HIPÓTESE PARA A ADOÇÃO DO SRP: Art. 3º, inciso I a IV do Decreto Estadual n.º 3.182/2016;

A **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**, inscrita no CNPJ (MF) sob o n.º 01.002.322/0001-32, com sede na Avenida Antônio Coelho de Carvalho, n.º 396, Centro, CEP: 68.900-015, na cidade de Macapá/AP, neste ato representada por seu Procurador-Geral **NARSON DE SÁ GALENO**, nomeado pelo Decreto n.º 0024, publicado no DOE de 02/01/2015, inscrito no CPF sob o n.º 658.097.774-49, portador da Carteira de Identidade n.º 025.851 – AP (2ª via); ou por seu Subprocurador-Geral **THIAGO LIMA ALBUQUERQUE**, nomeado pelo Decreto n.º 0224, publicado no DOE de 14/01/2019, inscrito no CPF sob o n.º 879.347.953-00, portador da Carteira da OAB n.º 1676-B – OAB/AP ou pelo Subprocurador-Geral Adjunto **DIEGO BONILLA AGUIAR DO NASCIMENTO**, nomeado pelo Decreto n.º 0363, publicado no DOE de 25/01/2019, inscrito no CPF sob o n.º 221.086.058-00, portador da Carteira da OAB n.º 1533-B – OAB/AP, considerando a homologação da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica n.º 026/2021 - CLC/PGE, constantes nos autos do processo administrativo SIGA n.º 00059/PGE/2020, **RESOLVE:** registrar os preços da empresa indicada e qualificada na Ata de Registro de Preços n.º 036/2021-CLC/PGE, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas especificações e quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às disposições do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, da Lei n.º 10.520/2002, Lei Complementar n.º 123/2006, alterada pela Lei Complementar n.º 147/2014, Lei Complementar Estadual n.º 108/2018, do Decreto Federal n.º 8.538/2015, Decreto Estadual n.º 2.648/2007, Decreto Estadual n.º 3.182/2016, Decreto Estadual n.º 3.184/2016, Decreto Estadual n.º 3.313/2016, na Lei n.º 8.666/1993 e suas alterações posteriores, bem como na legislação correlata e demais exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, em conformidade com as disposições a seguir::

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a formação de **Registro de Preços para contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Carimbos e Prestação de Serviços de Chaveiro em Geral, com fornecimento de todo material necessário, a fim de atender as necessidades dos Órgãos e Entidades que integram a Administração Pública do Estado do Amapá**, conforme condições, especificações e quantitativos constantes no Anexo I – Termo de Referência – que integra o Edital e seus anexos, independente de transcrição.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública a proceder às contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a compra pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições. (Art.18 do Decreto Estadual n.º 3.182/2016 c/c o §4º do art.15 da Lei n.º 8.666/1993).

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Coordenadoria de Licitação - CLC/PGE

Endereço: Av. Antônio Coelho de Carvalho, 396, Centro, CEP: 68.901-280 Macapá/AP.

Telefone: (96) 3131 – 2839. **E-mail:** coordlicit@pge.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRAL DE LICITAÇÕES ECONTRATOS



CLC/PGE - Proc. nº
00059/PGE/2020

Fls. _____

Rub.: _____

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, o fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que se seguem:

LOTE 01					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
01	SERVIÇO DE MODELAGEM DE CHAVE PELO SEGREDO CABEÇA PLÁSTICA PARA ARQUIVO E ARMÁRIO. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	595	46,90	27.905,50
02	SERVIÇO DE CHAVEIRO - CÓPIA DE CHAVE SIMPLES TIPO YALE PARA CADEADOS E PORTAS. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	1.185	8,75	10.368,75
03	SERVIÇO DE CHAVEIRO - TROCA DE SEGREDO DE FECHADURA DE PORTA TIPO YALE COM CHAVES. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	580	53,75	31.175,00
04	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FECHADURA DE GAVETA E ARMÁRIO COM CHAVES. MARCA: UNIÃO	SERVIÇO	512	142,50	72.960,00
05	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FECHADURA PARA PORTA DE MADEIRA E DIVISÓRIA COM CHAVES. MARCA: UNIÃO	SERVIÇO	617	166,80	102.915,60
06	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FECHADURA PARA PORTA DE VIDRO COM CHAVES. MARCA: UNIÃO	SERVIÇO	294	234,00	68.796,00
07	SUBSTITUIÇÃO DE MAÇANETA PARA PORTA DE MADEIRA E DIVISÓRIA. TIPO TUBULAR, COM FORNECIMENTO PELA CONTRATADA. MARCA: UNIÃO	SERVIÇO	436	187,50	81.750,00
08	SERVIÇO DE CHAVEIRO - CONserto DE FECHADURA DE PORTA DE VIDRO. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	332	127,50	42.330,00
09	SERVIÇO DE ABERTURA DE FECHADURA DE MÓVEIS, PORTAS DE DIVISÓRIAS E AFINS. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	225	63,60	14.310,00
10	SERVIÇO DE ABERTURA DE FECHADURA DE VEÍCULO AUTOMOTOR DO TIPO PASSEIO. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	96	89,05	8.548,80
11	SERVIÇO DE CÓPIA DE CHAVE CODIFICADA DE VEÍCULO AUTOMOTOR DO TIPO PASSEIO. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	186	345,00	64.170,00
12	SERVIÇO DE CÓPIA DE CHAVE TIPO SIMPLES, COM MODELO. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	525	28,01	14.705,25
13	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE FECHADURA COMPLETA PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO DE 10 MM. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	148	276,67	40.947,16



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS



14	SERVIÇO DE CHAVEIRO - INSTALAÇÃO DE FECHADURA EM PORTAS DE MDF COM 3CM DE ESPESSURA. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	180	133,33	23.999,40
15	ABERTURA DE FECHADURA DE GAVETA E/OU ARMÁRIO. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	172	91,25	15.695,00
16	ABERTURA DE FECHADURA DE VEÍCULO MÉDIO, TIPO PICKUP. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	86	110,00	9.460,00
17	CÓPIA DE CHAVE PARA IGNIÇÃO DE VEÍCULO COM MODELO DA CHAVE. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	211	200,00	42.200,00
18	MODELAGEM DE CHAVE PARA IGNIÇÃO DE VEÍCULO PELO SEGREDO. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	71	276,67	19.643,57
19	CONCERTO DE FECHADURA DE ARMÁRIO OU GAVETA. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	372	48,33	17.978,76
20	CONCERTO DE FECHADURA DE PORTA – ZAMAC 40MM EXTERNA, PARA PORTA DE DIVISÓRIA. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	588	76,67	45.081,96
21	SERVIÇO DE CÓPIA DE CHAVE TIPO TETRA. MARCA: PROPRIO	SERVIÇO	158	40,00	6.320,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01				R\$ 761.260,75	
LOTE 02					
Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
01	FORNECIMENTO DE CADEADO DE 25 MM. Modelo Tradicional. Corpo em latão maciço, haste em aço cementado, cilindro em latão trefilado, mola em aço inoxidável e acompanhado de duas chaves. Com medidas aproximadas, não inferiores à: Largura: 2,5 cm; Altura total: 4,3 cm; espessura da haste: 0,4 cm. MARCA: PAPAIZ	UND	338	23,87	8.068,06
02	FORNECIMENTO DE CADEADO DE 30 MM. Modelo Tradicional. Corpo em latão maciço, haste em aço cementado, cilindro em latão trefilado, mola em aço inoxidável e acompanhado de duas chaves. Com medidas aproximadas, não inferiores à: Largura: 3 cm; Altura total: 5 cm; espessura da haste: 0,5 cm. MARCA: PAPAIZ	UND	268	28,16	7.546,88
03	FORNECIMENTO DE CADEADO DE 60 MM. Modelo Tradicional. Corpo em latão maciço, haste em aço, cilindro em latão trefilado, mola em aço inoxidável e acompanhado de duas chaves. Com medidas aproximadas, não inferiores à: Largura: 6 cm; Altura total: 8,2 cm; espessura da haste: 1 cm. MARCA: PAPAIZ	UND	484	75,06	36.329,04
04	CARIMBO AUTOMÁTICO - material corpo: plástico;	UND	271	36,00	9.756,00



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRAL DE LICITAÇÕES ECONTRATOS



	material base: plástico; formato: retangular; comprimento: 9mm; largura: 26 mm; tipo mecanismo: retrátil; sistema de gravação: fotopolímero. MARCA: NYKON				
05	CARIMBO AUTOMÁTICO - material corpo: plástico; material base: plástico; formato: retangular; comprimento: 40mm; largura: 60mm; tipo mecanismo: retrátil; sistema de gravação: fotopolímero. MARCA: NYKON	UND	286	57,00	16.302,00
06	CARIMBO AUTOMÁTICO - material corpo: plástico; material base: plástico; formato: retangular; comprimento: 58mm; largura: 26 mm; tipo mecanismo: retrátil; sistema de gravação: fotopolímero. MARCA: NYKON	UND	441	65,00	28.665,00
07	CARIMBO AUTOMÁTICO - material corpo: plástico; material base: plástico; formato: retangular; comprimento: 47mm; largura: 30mm; tipo mecanismo: retrátil; sistema de gravação: fotopolímero. MARCA: NYKON	UND	236	75,00	17.700,00
08	CARIMBO AUTOMÁTICO - material corpo: plástico; material base: plástico; formato: retangular; comprimento: 50mm; largura: 26 mm; tipo mecanismo: retrátil; sistema de gravação: fotopolímero. MARCA: NYKON	UND	441	70,00	30.870,00
09	CARIMBO AUTOMÁTICO - Material corpo: plástico; Material base: plástico; Formato: retangular; Comprimento: 38 mm; Largura: 14 mm; Tipo mecanismo: retrátil; Sistema de gravação: fotopolímero; Características adicionais: autoentintado, com almofada integrada na cor preta e substituível; Projeto: conforme o modelo do órgão. MARCA: NYKON	UND	666	46,88	31.222,08
10	CARIMBO - Formato: retangular; Material corpo: madeira; Material base: borracha; Comprimento: de 7 cm a 12 cm; Características adicionais: quatro linhas. MARCA: NYKON	UND	178	29,00	5.162,00
11	CARIMBO - Formato: retangular; Material corpo: madeira; Material base: borracha; Comprimento: até 7 cm; Características adicionais: três linhas. MARCA: NYKON	UND	148	31,20	4.617,60
12	CARIMBO - Formato: redondo; Material corpo: madeira; material cabo: madeira; Material base: borracha; Comprimento: 35 mm; Largura: 25 mm. MARCA: NYKON	UND	418	31,17	13.029,06
13	BASE CARIMBO - Material: borracha; Formato: retangular; Comprimento: 38 mm; Largura: 18 mm; Aplicação: carimbo automático. MARCA: NYKON	UND	238	39,00	9.282,00
14	CARIMBO AUTOMÁTICO material corpo: plástico; material base: plástico; formato: retangular;	UND	293	32,20	9.434,60



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
CENTRAL DE LICITAÇÕES ECONTRATOS



CLC/PGE - Proc. nº
00059/PGE/2020

Fls. _____

Rub.: _____

	comprimento: 38mm; largura: 14mm; tipo mecanismo: retrátil; sistema de gravação: fotopolímero. MARCA: NYKON				
15	BASE CARIMBO - Material: borracha; Formato: retangular; Comprimento: 47 mm; Largura: 18 mm; Aplicação: carimbo automático; Características adicionais: modelo 4912. MARCA: NYKON	UND	178	22,00	3.916,00
16	CARIMBO - Tipo: auto-entitado e automático; Formato: retangular; Material corpo: plástico; Material base: borracha; Comprimento: 59 mm; Largura: 23 mm; Cor: preta; Sistema de gravação: fotopolímero. MARCA: NYKON	UND	258	72,67	18.748,86
17	CARIMBO - Tipo: auto-entitado e automático; Formato: retangular; Material corpo: plástico; Material base: borracha; Comprimento: 47 mm; Largura: 18 mm; Cor: preta; Sistema de gravação: fotopolímero. MARCA: NYKON	UND	403	80,00	32.240,00
18	REFIL CARIMBO - Tipo: automático; Modelo: 520; Cor: preta; tamanho 20x 20 mm. MARCA: NYKON	UND	270	18,08	4.881,60
19	CARIMBO AUTOMÁTICO AUTOENTINTADO. Medidas exatas: 4,0 X 6,4 cm. Estrutura rígida em material acrílico ou plástico. Formato quadrado. Mecanismo retrátil. Almofada integrada em cor preta e substituível. Borracha em fotopolímero (placa de texto personalizada). MARCA: NYKON	UND	358	90,00	32.220,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02				R\$ 319.990,78	
VALOR TOTAL DOS LOTES 01 e 02				R\$ 1.081.251,53	

2.2. O fornecedor classificado é o seguinte:

1º Classificada – Empresa detentora da ARP		
Razão Social: G R LOBATO - ME		CNPJ: 31.734.960/0001-09
Endereço: Av. 18, n.º 1462 – Bairro: Marabaixo III		
Cidade: Macapá	UF: AP	Cidade: 68.909-857
Telefone: (96) 3333-9653 / 99143-8232 / 99161-1186/ 99208-4955		
Endereço Eletrônico: licitacaogrl@gmail.com / construcongrl@gmail.com		
Representante: Greyceane Rodrigues Lobato		
RG n.º Órgão Expedidor/UF: 245416 - POLITEC/AP		CPF n.º 757.018.202-20

2.3. Se houver empresa participante do certame licitatório que aceite fornecer o objeto registrado nesta Ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, esta integrará o **Cadastro Reserva**, consoante os incisos I e III, §2º do art.13 do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, no Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA (Decreto n.º 3.313/2016).



2.4. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, salvo o disposto nos artigos 19 a 21 do Decreto Estadual n.º 3.182 /2016.

2.5. Aceitaram a fornecer o objeto registrado nesta Ata pelo mesmo preço da 1ª classificada na licitação, os seguintes fornecedores:

Empresa	Item
NÃO HOUVE INTERESSADOS	-

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

3.2. Os preços, durante a vigência da Ata, serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II do art.65 da Lei n.º 8.666/1993 ou de redução dos preços praticados no mercado.

3.3. A Ata poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no art.65 da Lei n.º 8.666/1993.

4. DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador desta Ata de Registro de Preços será a Procuradoria-Geral do Estado, que exercerá suas atribuições por intermédio da Central de Licitações e Contratos – Coordenadoria de Sistema de Registro de Preços.

4.2. São participantes os seguintes órgãos:

4.2.1. Gabinete do Governador do Estado do Amapá – GABGOV;

4.2.2. Controladoria Geral do Estado do Amapá – CGE;

4.2.3. Corpo de Bombeiros Militar do Amapá - CBMAP;

4.2.4. Instituto de Pesos e Medidas do Amapá – IPEM;

4.2.5. Delegacia Geral de Polícia Civil – DGPC;

4.2.6. Polícia Militar do Amapá – PMAP;

4.2.7. Procuradoria Geral do Estado do Amapá – PGE;

4.2.8. Secretaria de Estado de Administração – SEAD;

4.2.9. Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia – SETEC;

4.2.10. Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ;

4.2.11. Secretaria de Inclusão e Mobilização Social – SIMS;

4.2.12. Secretaria de Estado de Desporto e Lazer – SEDEL;

4.2.13. Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA, e;

4.2.14. Vice Governadoria do Estado do Amapá – VICEGOV.



5. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Nos termos do art. 24 do Decreto n.º 3.182/2016, durante a vigência, a Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia anuência do Órgão Gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

5.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

5.3. O quantitativo decorrente das aquisições ou contratações adicionais não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Central de Licitações e Contratos – CLC/PGE e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5.4. De acordo com o art. 24, § 5º do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, após autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da ata.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

6.1. O Órgão Gerenciador, além dos incisos consignados no art.5º do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, obriga-se a:

6.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços - ARP, indicando, sempre que solicitado, o nome do detentor da Ata, o preço, e as especificações do objeto registrado, observada a ordem de classificação indicada na licitação;

6.1.2. Observar para que, durante a vigência da presente ARP, sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem assim, a compatibilidade com as obrigações assumidas;

6.1.3. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

6.1.4. Acompanhar a evolução dos preços de mercado, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com aqueles registrados na Ata;

6.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas na ARP.

7. DAS OBRIGAÇÕES DOS ÓRGÃOS E DAS ENTIDADES PARTICIPANTES

7.1. Cabe aos órgãos e as entidades participantes, além dos incisos consignados no art.7º do Decreto Estadual n.º 3.182/2016, o que se segue:

7.1.1. Deverão tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços – ARP, inclusive de eventuais alterações para o correto cumprimento de suas disposições;

7.1.2. Designar o gestor do contrato, a quem compete zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações contratualmente assumidas, inclusive pela solicitação de aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, aos fornecedores e aos prestadores de serviço;

7.1.3. Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador, quando da necessidade de contratação, a fim de obter a indicação dos beneficiários, os quantitativos disponíveis e os preços a serem praticados;



7.1.4. Informar ao órgão gerenciador a eventual recusa do fornecedor em atender as condições estabelecidas no edital e firmadas na Ata de Registro de Preços - ARP, as divergências relativas à entrega, características e origem dos bens licitados, bem como a recusa em assinar o contrato para fornecimento de bem ou prestação de serviços e;

7.1.5. Aplicar, observada a ampla defesa e o contraditório, eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ARP

8.1. A Adjudicada detentora da ARP, além das disposições contidas no Termo de Referência, anexo I do Edital, obriga-se a:

8.1.1. Providenciar a atualização imediata dos números de telefone e fax, bem como o endereço de e-mail sempre que houver alterações destes;

8.1.2. Indicar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, um novo preposto, por intermédio de carta endereçada a esta Central de Licitações, nas ocasiões em que houver a substituição daquele anteriormente indicado na proposta definitiva de preços (Anexo II do Edital);

8.1.3. Informar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, quanto à aceitação ou não da execução dos serviços a outro órgão da Administração Pública (não participante) que venha a manifestar o interesse de utilizar a Ata, conforme **item 5.1**.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Com fundamento no Art. 7º da Lei n.º 10.520/2002 e Art. 29 do Decreto Estadual n.º 2.648/2007, **ficará impedida de licitar e contratar com o Estado do Amapá** e será descredenciada do cadastro de fornecedores, pelo **prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo demais cominações legais, a CONTRATADA que:

a) Não mantiver a proposta;

b) Convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido, não aceitar ou retirar a nota de empenho;

c) Deixar de entregar a documentação exigida no certame ou apresentar documentação falsa;

d) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

e) Fornecer material que não atenda à especificação exigida no edital;

f) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo;

h) Fizer declaração falsa;

i) Cometer fraude fiscal.

9.2. Para os fins da alínea "h", reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos Arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/1993.



9.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações, a CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, **inexecução parcial ou inexecução total das obrigações**, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

a) **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

b) **Multa moratória** de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado e por ocorrência de fato em desacordo com o proposto e o estabelecido neste edital, até o máximo de 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;

c) **Multa compensatória** de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto e pela recusa em retirar a Nota de Empenho, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicada oficialmente, e sem prejuízo da aplicação de outras sanções legalmente previstas;

d) Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual da alínea anterior, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

e) **Suspensão temporária de participar em licitação**, pelo prazo de até **02 (dois) anos**, em relação ao órgão da administração ou entidade Contratante que a aplicou;

f) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

9.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei n.º 8.666, de 1993, a CONTRATADA que:

a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

9.5. As sanções previstas nas alíneas “a”, “e” e “f” do item 9.3 desta Seção poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

9.5.1. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do infrator, o Estado do Amapá ou a Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

9.6. **A aplicação de qualquer das penalidades previstas neste instrumento realizar-se-á mediante processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa**, observando-se o rito previsto na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), e, subsidiariamente, o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993 e na Lei nº 9.784/1999, sendo competência do órgão Gerenciador o processamento das penalidades.

9.7. A competência para processamento das penalidades, antes da homologação da Licitação, é da Central de Licitações e Contratos. Após, a responsabilidade será do respectivo órgão Contratante.



9.8. Em atenção ao princípio da proporcionalidade, na estipulação das sanções, a autoridade competente, deverá considerar a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, o grau de comprometimento do interesse público e o prejuízo pecuniário decorrente das irregularidades constatadas.

9.9. A CONTRATANTE poderá reter dos pagamentos devidos à CONTRATADA, como medida cautelar, independentemente de sua manifestação prévia, valor relativo à eventual multa a ser aplicada em razão de inadimplemento contratual, com base no Art. 45 da Lei nº 9.784/1999.

9.10. O valor da multa aplicada será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA ou da garantia prestada, quando houver, ou ainda, quando for o caso, cobrado judicialmente.

9.11. Aplicada à penalidade de multa, após regular processo administrativo, e observado o disposto nas condições dos itens 9.08 e 9.09, a licitante será notificada para efetuar o recolhimento do seu valor, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da notificação.

9.12. Se, durante o processo de aplicação de sanção, houver indícios de prática de ato ilícito tipificado pela Lei nº 12.846, de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

9.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Estadual resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

9.14. As situações dispostas no art. 78 da Lei 8.666/1993 poderão ensejar, a critério da Administração, a rescisão unilateral do contrato.

10. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO

10.1. O detentor da Ata de Registro de Preços, assegurados o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

10.1.1. Descumprir as condições desta Ata de Registro de Preços;

10.1.2. Não retirar a Nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa aceitável;

10.1.3. Não aceitar reduzir seu preço registrado na hipótese deste se apresentar superior aos praticados no mercado;

10.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520/2002;

10.1.5. Por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado pela Administração;

10.1.6. A pedido do detentor da Ata, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

11. DA PUBLICIDADE

11.1. O extrato da presente Ata de Registro de Preços será publicado no órgão da Imprensa Oficial do Estado, conforme o disposto no § 3º do art. 13 do Decreto Estadual n.º 3.182/2016.



12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o Edital do **Pregão Eletrônico n.º 026/2021-CLC/PGE** e as propostas, com preços, quantidades e especificações.

12.2. As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

12.3. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro da cidade de Macapá, Estado do Amapá, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.4. Na contagem de todos os prazos estabelecidos nesta Ata excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

12.5. Só se iniciam e vencem os prazos referidos acima em dia de expediente administrativo.

12.6. Se o vencimento cair em dia que não houver expediente administrativo, os prazos de que trata o subitem **12.4.** serão prorrogados para o primeiro dia útil seguinte.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Macapá-AP, 03 de maio de 2021.

Procurador - Geral

Greyceane Rodrigues Lobato
CPF: 757.018.202-20
Representante Legal da Beneficiária da ARP
G R LOBATO - ME
CNPJ n.º 31.734.960/0001-09